



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adellino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Buion - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Malistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Curitiba, terça, em 23.06.92

Sob os n.ºs DTL/SAT/142 e 143/92, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei n.ºs 196/91 e 283/91. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 5/92- DVD, do Senhor Luiz Henrique Bonaterra- Diretor Geral do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção- DECOM, encaminhando Relatório Gerencial de Obras daquele Departamento, referente ao período de 01 a 31 de maio de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N.º 160/92

Senhor Presidente.

Em razão das convenções partidárias a serem realizadas na Região Noroeste do Estado, cumpro-me solicitar a Vossa Excelência justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares em Plenário neste dia 23 de junho.

Certo de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipo agradecimentos.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ARLINDO TROIAN

OFÍCIO N.º 1313/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do Dia 23.06.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N.º 1062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário vem nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa, a licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 121 dias, a contar da presente data e, de consequência, a imediata convocação do suplente nos termos do art. 76, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ERNANI PUDELL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 1064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 185/92, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Porta-

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antonio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Djalma de Almeida Cesar, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Duílio Genari e Rossoni (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n.º131/92-SCE, do Senhor Ministro Antônio Torreão Braz- Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que em consonância do art. 89, "caput" de Constituição do Estado do Paraná, submete a esta Assembleia Legislativa a acusação intentada pelo Senhor José Carlos de Castro Martins, contra o Governador Roberto Requião de Mello e Silva. **Ao conhecimento da Casa.**

dores de Doenças Renais, Doadores e Transplantados Renais - APAR TRANS, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões em 23.06.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1053

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formação de Comissão Externa da Assembleia, de acordo com o art. 40 do Regimento Interno, composta de 05 membros, designados pelo Senhor Presidente, com ônus para a Casa, para que seja feita uma análise com posterior tomada de providências, quanto à crise pela qual passa o sistema carcerário e a falta de segurança na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Neste último final de semana lideranças e autoridades londrinenses reuniram-se para discutir a degradação por que passa o sistema carcerário de Londrina e os problemas de segurança enfrentados pela população.

O encontro, promovido pelo Conselho Comunitário de Segurança mostrou que, especialmente no caso da cadeia pública, a situação é insustentável.

Nós, Parlamentares não podemos deixar que piore ainda mais. Só com uma ação conjunta e decidida da Assembleia, da Comunidade e a imprescindível tomada de providências do Governo Estadual é que o quadro caótico pode ser resolvido.

REQUERIMENTO N° 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Especial Suprapartidária sobre o Trabalho Escravo nas fazendas no Paraná, instalada em 29 de abril de 1992, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a prorrogação do prazo de 60 dias para mais 60 dias para que a refe-

rida Comissão possa concluir seus trabalhos e dá-los por encerrados, devido a importância da matéria e a necessidade de maior tempo para averiguar e comprovar as denúncias encaminhada à Comissão.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Jamil Savoia Assef.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 58 anos faleceu o Senhor Jamil Savoia Assef, deixando viúva e um filho.

O passamento de Jamil Savoia Assef, ocorrido nesta Capital, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Jamil que será guardado sob a proteção de Deus para que renovado pelos sacramentos pascaís, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os nossos horizontes, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deste participar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Assef, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1052

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Zelir Barbieri Vetorello, ocorrido na noite de 21 de junho de 1992, na cidade de Francisco Beltrão.

Requer, mais, que do ato seja notificada a família.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA

Esposa do empresário Elísio Vetorello-falecido a 3 de agosto de 1991 e também homenageado pelo Egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná, pelos seus méritos de cidadão empreendedor e estreito colaborador da sociedade beltronense, em particular e sudoestina em geral - Dona Zelir fez-se presente onde quer que estivesse o marido, participando ativamente de suas atividades empresariais e sociais. A seu turno tomou as próprias iniciativas e participou de inúmeras atividades assistenciais e filantrópicas, deixando seu nome igualmente cinzelado fundamente na história do município de Francisco Beltrão. Seu passamento surpreendeu, com grande tristeza, toda a cidade. A homenagem que por este ato se presta a Dona Zelir Barbieri Vetorello, é a justa projeção daquela que o povo beltronense rendeu à saudosa e operosa irmã.

REQUERIMENTO N° 1056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, que seja inscrito nos anais desta Casa de Leis, votos de congratulações pelo transcurso dos 15 anos de criação da Agência de Curitiba, do Sistema Nacional de Emprego - SINE, a primeira do Estado do Paraná, a ser comemorada no dia 30 de junho do corrente ano.

Requer outrossim, o envio de correspondência ao Coordenador Estadual do SINE - Senhor Manoel Pacífico da Costa, alusiva à data.

Sala das Sessões, em 23.06.92

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao ilustríssimo Senhor Rogério Tissot, Diretor Geral do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, para que seja completada a obra asfáltica ligando o Distrito de Guaragi ao Município de Teixeira Soares, numa extensão de 25 Km, onde estão prontas as obras de arte.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário dos Transportes no sentido de que seja deter-

minado o alargamento da ponte de concreto da rodovia PR-323, sobre o Rio Ivaí, entre os Municípios de Dr. Camargo e Jussara.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA

O trecho citado, bem como a rodovia é bastante movimentada principalmente com a deflagração da temporada da safra agrícola e acarreta uma sobrecarga de trânsito. No intervalo entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara, existe uma ponte sobre o Rio Ivaí que por ser construção antiga já apresenta riscos de tráfego, dado a sua estreita cabeceira, quase não passando dois veículos juntos em paralelo.

Trata-se de medida de segurança o alargamento da ponte que trará mais segurança com certeza.

REQUERIMENTO N° 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de Escolas Oficinas no Município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER comunicação aos ilustres Senhores Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor João Darci Bom, Secretário Municipal de Educação.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA

A escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e adolescentes, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Nesse sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo requere recursos financeiros para a construção de tais unidades em Umuarama.

REQUERIMENTO N° 1057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, visando a reativação do Projeto Gralha Azul no Município de Inácio Martins.

Com fundamento na iniciativa do Poder Legislativo Municipal, através do seu Presidente, Sr. Alceu Felde de Campos, é de

vital importância da reativação do mencionado Programa, considerando o seu inegável alcance social, sob a forma simplificada e descentralizada na liberação de recursos, respeitando criteriosamente os interesses comunitários, como de então vinha ocorrendo em Inácio Martins.

Em face do exposto, espera-se por parte dessa Secretaria, o respaldo que se fizer necessário para atender este justo pleito.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, no intuito da criação e instalação do ensino de segundo grau em Fernandes Pinheiro, Distrito Administrativo pertencente à Municipalidade de Teixeira Soares.

Possuindo uma população com cerca de 3.500 habitantes e concentrando importantes estabelecimentos comerciais, notadamente no ramo da extração da madeira e o seu beneficiamento, há muito tempo que Fernandes Pinheiro reúne condições mais que suficientes para abrigar o ensino médio. Distante da sede a 15 quilômetros, são muitas as dificuldades para que os jovens possam dar prosseguimento a seus estudos, havendo índices de evasão, mais sentidas junto aos mais carentes.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, enviado de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mario Pereira, solicitando o cascalhamento da estrada Escalvado, entre o Município de Ipiranga à BR-373 no Município de Tibagi.

REQUER que da decisão, seja dado ciência ao Senhor Fernando de Paula, rua Esther Kemelmeyer 145, CEP 84050-030, Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) DALTON MACHUCA.

JUSTIFICATIVA:

A estrada do Escalvado, trecho da Rodovia Transbrasiliana, liga os Municípios de Ipiranga à Tibagi.

Mesmo sem revestimento próprio, transitam por ela grande número de veículos de carga e passeio.

O revestimento de cascalho na estrada

com certeza trará um grande desenvolvimento para a Região, principalmente no escoamento da produção agropecuária, hoje, com precipitação de chuvas, ainda que esparsas, inviabiliza o tráfego.

Considerando ainda, que a "patrulha" do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., está centralizada com serviços inerentes nas proximidades, o que facilita e barateia a execução da obra pleiteada.

REQUERIMENTO N° 1061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) solicitando providências no atendimento aos atingidos pela enchente, aos residentes próximo as obras de construção da Usina de Salto Segredo, municípios de Mangueirinha e Pinhão.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião das fortes chuvas caídas nas últimas semanas em todo o Estado e, principalmente em função do início do fechamento do canal de desvio, elevou-se o nível das águas nas imediações da construção da obra, tendo como sérias consequências a perda de plantações, animais, bens domésticos e outros. Salienta-se que no prazo de retirada das famílias e seus pertences daquela área expirar-se-á no início do mês de julho próximo. Por isso solicitamos da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) que negocie com os agricultores da referida área no sentido de compensá-los pelas perdas sofridas.

REQUERIMENTO N° 1063

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente em caráter urgente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Administração solicitando atenção para a pauta de reivindicações do movimento da família miliciana, bem como a viabilização de medidas para melhoria das condições de trabalho para os policiais militares do Paraná.

Conforme fartamente demonstrado no manifesto anexo, as esposas dos policiais militares do Paraná resolveram ir a público para reivindicar melhores condições salariais e de trabalho em geral para os milicianos. Segundo denunciavam as integrantes do movimento dificilmente conseguirão manter um padrão de vida com dignidade tendo em vista os baixos índices salariais praticados na Polícia Militar.

Para tanto, reivindicam:

- Equiparação do salário entre o soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná e o agente policial civil, de acordo com o princípio constitucional da isonomia.

- Melhoria nas condições de trabalho, através de melhores equipamentos, novas viaturas e combustíveis para realização da atividade policial; agasalhos e uniformes (cada PM ganha uma farda e um coturno por ano, um agasalho para cinco invernos rigorosos); alimentação no horário.

Diante da necessária brevidade para tomada de medidas diante do presente, requeremos o envio do presente ao senhor Secretário da Administração através de telefax, nesta data, bem como de cópia do presente ao senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembléia, do artigo assinado pelo Ministro Paulo Brossard, publicado na 6ª página da Gazeta do Povo de 22.06.92 sob o título - Generalização injusta e perigosa.

Sala das Sessões, em 23.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Um dia um poeta disse que "cada criança que nasce traz a certeza que Deus ainda confia nos homens". Da mesma forma, cada profissional, homem público, que ascende na escalada de sua profissão nos deve reforçar a crença que o nosso País ainda tem homens em quem confiar. É o caso do Ministro Paulo Brossard.

É da mais alta significação para a classe política o artigo assinado por Sua Excelência, o Senhor Ministro Paulo Brossard, publicado na 6ª página da Gazeta do Povo do dia 22 último, sob o título - Generalização Injusta e Perigosa. Desnecessário é destacar, a importância da classe política no regime democrático, porque está presente e evidenciado no dia-a-dia da sociedade.

Os ataques a organização política muitas vezes disfarçam o propósito de a ordem democrática que ela representa e defende. Acharmos tendencioso o noticiário a respeito, com o intuito de predispor a Nação com a classe política com a generalização injusta. Foi por esse caminho que o Brasil atingiu a crise atual.

Por tudo isto, entendemos justa e oportuna a transcrição do artigo "Generalização Injusta e Perigosa" do Senhor Ministro Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Lida e aprovada a Ata.

Finda a leitura do Expediente, não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna hoje, para fazer as minhas despedidas aos companheiros que, por quase dois anos conviveram comigo nesta Casa.

Foram muitos os momentos de divergência, mas também em algumas oportunidades, soubemos ter o consenso no interesse do bem comum. Gostaria de iniciar, trazendo a Vossas Excelências as minhas reflexões sobre o que vi neste Parlamento.

Quando aqui cheguei, cheguei carregado de esperanças, com muitos projetos, com muitos sonhos e com uma vontade muito grande de mudar a imagem que o Poder Legislativo detém perante a opinião pública. Confesso aos Senhores que a minha primeira impressão da Assembléia Legislativa do Paraná foi um pouco decepcionante. Num primeiro momento, nos insurgimos juntamente com os demais companheiros com alguns procedimentos que fazem parte da tradição desta Casa e que nós entendemos que o recado das urnas dado no ano de 1990 nos impunha mudar. O Poder Legislativo ainda sofre os resquícios de um poder que acostumou conviver com a ditadura, um poder que se acostumou a se apegar aos privilégios que tem e que não são disponíveis para a grande maioria da população.

O Poder Legislativo tem, no nosso entendimento, ainda uma dívida com a sociedade brasileira, especialmente o Poder Legislativo do Estado do Paraná em saber ouvir o clamor que vem das ruas, saber interpretar corretamente o sentimento emanado pela vontade popular nas últimas eleições que nos deram a triste marca de perceber que 2/3 dos cidadãos paranaenses se recusaram a optar por qualquer um dos nomes entre as centenas de candidatos a Deputado Estadual que o Paraná apresentava ao seu povo. Também tivemos momentos de frustração. Foram muitos os projetos de iniciativa popular que a Bancada do Partido dos Trabalhadores abraçou.

Projetos que buscavam ampliação e a consolidação dos direitos dos trabalhadores. Muitos desses projetos sucumbiram perante a fidelidade cega e absurda que a Bancada Governista devotava ao seu princípio. Nós temos a consciência do dever cumprido. Poucas foram as vitórias colhidas, mas eu me despeço tranquilo como um guerreiro que sabe que não recuou, que não se acovardou, que não traiu e que lutou com

dignidade. Procuramos efetivamente cumprir e assumir com coerência aquilo que pregamos na campanha eleitoral. Mas, se de um lado houve decepções, de outro lado, se acendeu também uma esperança de que as coisas podem mudar.

Algumas decisões, alguns trabalhos que este Poder realizou, revelaram o enorme potencial que o Poder Legislativo ainda tem e a grande contribuição que deve para a construção da democracia.

Eu quero citar alguns fatos positivos e que no nosso entendimento são históricos. A intervenção, por exemplo, que tivemos na questão da ocupação de terras em Campo Bonito, e que participaram os Deputados Paulo Maia, Toti Colaço, Duílio Genari, Dobrandino da Silva.

Nós conseguimos por intervenção direta do Poder Legislativo do Paraná um acordo que ficou para a história e que significou uma luz para a solução dos problemas sociais do campo aqui no nosso Estado.

Por interferência, pelo poder de persuasão que a Assembleia Legislativa através da sua Comissão teve, tivemos a possibilidade de solucionar o conflito de terra sem que uma gota de sangue fosse derramada.

Hoje podemos refletir com satisfação porque as únicas gotas que estão sendo derramadas nesse momento são a do suor daqueles trabalhadores que estão produzindo a terra para retirar dela o pão para os seus filhos. Conseguimos isso com paz e com justiça. E isso é um mérito que este Poder pode avocar para si.

Tivemos a aprovação, também, de um projeto importante: a suspensão do pagamento de água e luz para os trabalhadores desempregados, o qual batalhamos pela sua aprovação e tivemos a satisfação de encontrar respaldo por unanimidade deste Parlamento que aprovou esta medida. Sabemos e acreditamos que, talvez, esta medida não tenha a chancela do Poder Executivo, mas eu acredito que novamente este Poder irá confirmar a decisão primeira e manter esta medida de profundo alcance social.

Eu poderia citar aqui aos Senhores talvez mais uma dezena de iniciativas, não apenas da Bancada do PT, mas também de outros Parlamentares de outras bancadas e que vieram ao encontro dos interesses do povo paranaense, e que em um momento de sensibilidade e de lucidez, o Poder Legislativo soube amparar e dar guarida.

Apenas gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, no sentido de que seus olhos e suas mentes voltassem para uma análise mais apurada, mais comprometida com a realidade nacional. O povo, que está nas ruas nesse Estado, reclama providências, e este Poder que é a Casa do povo, e para isto foi constituído, para isso foi

erguido, deve saber assumir com toda a coragem e plenitude o seu papel. Este é um apelo que faço aos Senhores Deputados.

Saio tranquilo da Assembleia Legislativa do Paraná porque, sem falsa modéstia, acredito que a companheira Lygia que hoje me substitui saberá não apenas dar continuidade ao trabalho que este Parlamentar vinha desenvolvendo, mas muito mais do que isto, e por conhecer a história desta companheira, a sua luta, a sua garra, a sua coerência, a sua inteligência, eu tenho certeza, Senhores Deputados, que ela saberá desempenhar até melhor que o titular, as funções que eu vinha desempenhando.

Deixo o meu mandato e espero, com toda a sinceridade, não mais aqui retornar. Não por desprezo a este Poder. Mas, porque entendo que a missão a que vou me dedicar agora tem uma importância transcendental, fundamental, para mudar efetivamente os métodos políticos imperantes no nosso Estado, principalmente no Poder Executivo.

Lanço-me a uma disputa no Município de Cascavel. Tenho a consciência de que teremos como arma apenas as nossas palavras, os nossos ideais e os nossos projetos. De outro lado, enfrentaremos o poder econômico. Enfrentaremos aqueles que sempre fizeram da coisa pública um espaço para o enriquecimento particular. Vou à disputa no Município de Cascavel contra verdadeiras quadrilhas, organizadas, especializadas historicamente na manutenção do poder, com o objetivo de fazer prevalecer os seus interesses econômicos e pessoais, em detrimento da maioria do povo brasileiro.

Enfrentaremos em Cascavel, de um lado um candidato que representa o PMDB, o continuismo de 10 anos, que levou a nossa Cidade à estagnação econômica e aprofundou e agravou os problemas sociais.

Com a quinta população do Estado do Paraná, vamos à disputa numa cidade que o PMDB nos deixou como herança a 12.^a arrecadação deste Estado. Projetada para 300 mil habitantes, neste ano, Cascavel computou no seu censo apenas 200 mil.

Cem mil irmãos nossos, de Cascavel, fugiram para Rondônia, para o Paraguai, porque a riqueza que foi produzida nos nossos municípios foi transformada em fazendas de gado no Mato Grosso, foi transformada em apartamentos na praia. E o nosso povo, a nossa juventude, ficou sem emprego, ficou sem esperança e teve que abandonar a cidade em que nasceram, a Cidade em que se criaram.

O candidato do PMDB, que terá o apoio sempre desinteressado, entre aspas, daqueles que estão acostumados a amealhar fortunas com o transporte coletivo, que estão acostumados a enriquecer do dia para a noite, com as obras superfaturadas, terá o apoio obviamente muito dedicado daqueles

que submetem a saúde pública ao interesse dos grupos privados.

Do outro lado, teremos uma frente que se armou em Cascavel. Uma frente que reúne, hoje, 2/3 do PIB daquele município, que reúne a síntese e a fina flor da política, transformada em métodos de quadrilha. Enfrentaremos banqueiros, enfrentaremos latifundiários, empreiteiros. Enfrentaremos tudo aquilo que na política o nosso povo quer ver afastado.

Mas, apesar desta enorme desproporção de forças, teremos que combater - temos a consciência - o Poder econômico, o poder dos meios de comunicação de massa. Combateremos a máquina administrativa do Estado e do Município. Mas apesar disso, Senhores Deputados, vou confiante porque acredito na lucidez do nosso povo. Porque acredito que o nosso povo tem a coragem de mudar, a coragem de ser feliz.

Vou confiante, porque vou oferecer o testemunho do meu trabalho, da minha participação em 10 anos de militância política que se iniciou no movimento estudantil percorrendo para a criação dos sindicatos, de associações de moradores, pela presença diante dos movimentos de aposentados, de "sem-terra", pela consciência tranquila de, nesta Casa, jamais ter traído qualquer dos compromissos que aqui assumi.

Eu vou com a certeza de que esse testemunho e essa história será reconhecida pelo povo de Cascavel.

Aqui fiz amigos. Em que pese as nossas divergências aprendi a conhecê-los, a compreendê-los e a respeitá-los e com a certeza de que essa vitória que nós buscaremos em Cascavel, e será uma vitória histórica no nosso Estado, onde todos os baiaios de dinheiro, todos os cofres-fortes não poderão impedir essa história e essa vitória que nós vamos conseguir. Tenho certeza que depois dela, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, a quem eu peço a meus amigos aqui, antecipadamente, que adotem Cascavel, que nós tenhamos e eu espero aqui, uma bancada de 54 Deputados representando aquele município. Não Cascavel por ser uma questão de bairrismo, mas porque nós vamos implantar, naquele município, aquilo que todos sabem que é preciso ser feito mas que somente aqueles que têm independência, como nós, têm a possibilidade de realizar. Um projeto que vá resgatar fundamentalmente a dignidade de vida do nosso povo.

Nós vamos implantar em Cascavel um governo que trabalhará rumo à isonomia social. Um governo que saberá compreender as necessidades do nosso povo. Um governo que saberá construir a cidadania e a liberdade daqueles que hoje são escolhidos.

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte e quero me somar à expectativa de V.Exa. no momento em que se dispõe a disputar, mais uma vez, o voto na cidade de Cascavel.

Eu creio que o que V.Exa. fala nesse plenário, nesse momento, está registrado na vida do Estado do Paraná. A folha corrida de V.Exa., o trabalho decente, trabalho honesto feito nesta Casa tem dado a V.Exa. o reconhecimento - de fato, que as pesquisas têm mostrado em Cascavel - da aceitação do seu nome. Obviamente há de prevalecer isso que V.Exa. diz - o bom senso. E, com certeza, o eleitorado de Cascavel quer essa renovação através da juventude de V.Exa., através da honestidade de V.Exa., através da tentativa de V.Exa., obviamente, com dificuldades as mais diferentes possíveis, mas, dando àquele povo a esperança de que Cascavel merecerá a administração de V.Exa. e V.Exa. se desponta, demonstrando, de fato, uma preocupação daqueles que têm medo de deixar o Poder.

V.Exa. se desponta e fazendo com que as diferentes correntes procurem unir para derrubar essa aceitação, que não é a vontade de V.Exa., mas é a vontade do povo de Cascavel e me somo à V.Exa., não numa despedida, porque eu acho que V.Exa. está apenas se licenciando e terá em seu lugar, aqui, uma outra companheira bastante combativa, que é a companheira Lygia Pupatto, que também tem uma história de luta com os trabalhadores do Paraná.

Com certeza a Assembléia Legislativa não perde, mas soma à carreira de luta que V.Exa. desenvolveu tão bem nesta Assembléia, que é a representação, nesse período de licença de V.Exa., através da companheira Lygia Pupatto e tenho a certeza que V.Exa. há de voltar, após esse período de 4 meses, para junto da gente e somar a sua vitória em Cascavel e eu tenho certeza, há de acontecer, tenho certeza que a companheira Lygia Pupatto aí vai substituí-lo de fato, e talvez a gente esteja se despedindo, porque V.Exa. vai assumir uma outra responsabilidade que é aquela posição de vidraça, que é ocupar o Poder Executivo, mas com certeza, V.Exa. estará consciente ao ostentar o bastão daquele Poder Executivo em uma gestão voltada a esses princípios que V.Exa. defendeu dentro desse Plenário, e disso eu não tenho dúvida e com certeza, o eleitor de Cascavel também não terá dúvida, quando optar por V.Exa.

Desejo-lhe sucesso nessa jornada, desejo-lhe o êxito que merece Cascavel e obviamente V.Exa. se coloca como uma proposta convincente, como uma proposta renovadora àquela comunidade.

Não me despeço de V.Exa. e não aceito,

também, as despedidas. Nós acreditamos que V.Exa. está saindo por um espaço de tempo. O seu trabalho é aqui dentro e não é e não representa motivo de despedida, mas representa motivo de solidariedade ao seu trabalho, ao trabalho feito, e a certeza de um trabalho sério que V.Exa. exercerá no âmbito da Prefeitura de Cascavel.

O SR. ERNANI PUDELL - Deputado Paulo Maia, agradeço as suas palavras de estímulo que me dedica, e fique certo de que eu tenho plena convicção de que nós vamos ganhar as eleições de Cascavel, não por auto-suficiência, nem por arrogância, mas Cascavel, no amadurecimento político, na lucidez da sua população que nos coloca no Estado do Paraná, na vanguarda das mudanças políticas que esse Estado e esse país precisam.

Nós não vamos lá para realizar milagres, nós nem vamos para agradar a todos, nós apenas queremos colocar a máquina pública a serviço da maioria, a serviço dos excluídos e preparar, oxalá, o terreno e o campo para que em 1994 ou até antes disso, pelo que se aparenta a nível nacional, nós possamos ter Cascavel, nosso município, preparado também para implantar as grandes reformas estruturais que a sociedade brasileira exige e que as forças populares e democráticas do Brasil haverão de conquistar nas eleições presidenciais de 1994.

Concedo aparte à Deputada Emilia Belinati.

A Sra. Emilia Belinati - Eu gostaria de concordar com o aparte do nobre Deputado Paulo Maia, quando ele se refere à sua postura, ao seu trabalho na Assembleia Legislativa, o seu posicionamento e nós queremos desejar a V.Exa. sucesso na Campanha eleitoral e também, ao mesmo tempo em que iremos sentir a sua falta, nós nos alegramos com a chegada de mais uma mulher a esta Casa.

Eu, como a única mulher até ontem, me sinto um pouco aliviada, porque nós teremos a partir de hoje, mais uma mulher que irá repartir conosco as responsabilidades de representar não só a mulher, mas toda a sociedade paranaense na Assembleia Legislativa.

Queremos desejar sucesso a V.Exa., e desejar também que esta moça, que tem sido combativa na cidade de Londrina em defesa do interesse da sociedade, e principalmente, nós teremos nesta Casa mais uma defensora da Universidade Pública Estadual de Londrina, porque a Lygia Pupatto é professora da Universidade Estadual de Londrina.

A você, então, desejo que Deus o esteja abençoando no seu trabalho, e Lygia que

Deus também lhe esteja abrindo as portas nesta Casa, e nós a recebemos de braços abertos, com muito carinho e desejamos que realmente consiga desempenhar na Assembleia Legislativa tão bem o papel, como tem desempenhado na sociedade londrinense. Seja bem-vinda.

Obrigada, Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de V.Exa..

Concedo o aparte ao Ilustre Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Deputado Ernani Pudell, é com muita alegria que vemos V. Exa. nesta tribuna se licenciando para disputar uma luta difícil na próspera cidade de Cascavel.

Em nome da Liderança do PSDB, em nome dos meus colegas Deputados com assento nesta Casa, nós aprendemos a respeitar V. Exa. e a admirá-lo pela sua bravura, pela sua garra, pela sua fibra, muitas vezes discordando de V. Exa., mas sabendo que V.Exa. é um Deputado com muita garra; e eu acho que a garra, a honestidade e a fibra fazem parte dos políticos sérios desta Nação, que são infelizmente uma minoria, porque vemos a Nação brasileira, na imprensa nacional todos os dias, denúncias, corrupções e corrupções neste País.

Eu acho que através de V.Exa., de muitos companheiros nesta Casa, com uma reforma no Parlamento Nacional, nos Governos Estaduais, nas Câmaras de Vereadores, nós poderemos mudar esta Nação, e não seria demais que em Cascavel nós mudássemos também.

Vossa Excelência se eleito for - eu tenho certeza - estará ajudando a mudar a linha mestra desta Nação, que é a corrupção. Eu tenho certeza que lá nós temos um companheiro do meu Partido, PSDB, e se for vencedor, ou V.Exa. ou ele, estarão resgatando a credibilidade do político, da seriedade na administração pública.

Por isso, eu ficarei muito satisfeito se for V.Exa. o Prefeito. Que Deus o acompanhe, o ilumine, e que a sua vitória, se depender do seu trabalho, V.Exa. alcançará. Saudades de V.Exa. nós teremos, mas em compensação ficaremos com a inteligência da Deputada Lygia, que pelo o que vimos na sua entrevista no "Bom Dia Paraná" já aprendemos a admirá-la também, porque o vosso partido, apesar às vezes do radicalismo, são radicais na defesa do ideal da nossa Pátria.

Parabéns e que Deus o acompanhe.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado Antônio Annibelli, posso lhe afirmar que nós, ganhando em Cascavel vamos fornecer muito material

para o programa do nosso amigo e colega Alborghetti. Eu já tenho dito, naquela cidade que tem muito bacana que hoje frequenta coluna social, que vai parar no programa do Alborghetti, não porque sejamos melhores ou diferentes dos outros, mas porque nós entendemos que a sociedade brasileira tem demonstrado que basta de corrupção neste País.

E é lamentável saber e enxergar que no meu município, infelizmente, métodos nada éticos são regra geral em procedimentos administrativos. Temos a plena consciência disto. Mudar os métodos de administração é muito mais do que cumprir um dever que todos deveríamos ter que é nos comportar com honestidade. Mas é fundamentalmente criar na sociedade brasileira a consciência de que existe uma possibilidade de a política ser diferente. Porque a política feita com métodos de honestidade, de transparência, ela pode ser implantada.

Vamos procurar desenvolver este trabalho até para recuperar, no nosso povo, a vontade de trabalhar, de produzir, de se sacrificar e de pagar o seu imposto.

Sabemos que quando um Governo começar a tratar a coisa pública com transparência, com honestidade, tratar o nosso povo com respeito, com dignidade, a população brasileira saberá também retribuir com muito trabalho, com muito apoio, com muita participação.

O Sr. Geraldo Cartário - Concede-me um aparte?
(Assentimento).

Em nome da bancada do PST também queremos cumprimentar V.Exa. e lhe desejar o maior sucesso na disputa em Cascavel.

A pesquisa apontando V.Exa. hoje liderando a opinião pública do Município de Cascavel, sem dúvida enaltece a Assembléia Legislativa. Assembléia esta muitas vezes criticada de forma violenta, não condizendo com a realidade. Temos a grata surpresa de que Deputados com assento nesta Casa, como Cezar Silvestri em Guarapuava; como Albino Corazza em Toledo; o Carlos Simões em Curitiba; Luiz Carlos Martins, o Alborghetti em Londrina; o João Arruda em Francisco Beltrão; o Algaci Túlio aqui também em Curitiba, o Rafael Greca, e tantos outros Deputados, hoje são apontados com a maior liderança dentro do município.

Desta forma, acreditamos que os Deputados da Assembléia vêm, sem dúvida alguma, enaltecendo o Poder Legislativo. Inclusive peço escusas também à Liderança do Deputado Rosinha, também na nossa cidade de Curitiba e o Deputado Neivo Beraldin, que despontava já nas pesquisas para Prefeito de Curitiba e tantos outros Deputados que aqui estão.

Desta forma gostaria que V.Exa. leve a

admiração e respeito da bancada do PST e a nossa torcida que seja uma campanha bem feita, bem organizada e, qualquer sucesso que V.Exa. tenha, vamos também creditar à nossa Assembléia Legislativa.

Os nossos parabéns a Deputada que está assumindo no seu lugar, que também venha preencher este espaço de sucesso que V.Exa., no seu período, preencheu com muita grandeza.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte e a recíproca das palavras de V. Exa. é verdadeira.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - V.Exa. me permite um aparte?
(Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - V.Exa. já está falando no horário da Liderança do PT.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Ernani, somos amigos durante estes dois anos, votamos juntos, brigamos, discutimos, analisamos, fomos para a tribuna, uma série de apartes de V.Exa. foram gratificantes às minhas denúncias, à minha luta, aos meus ideais neste Parlamento. V.Exa. sabe que como Deputado independente voto de acordo com a minha consciência, com os meus ideais e com minha maneira de ser.

Por isto tenho sempre votado com V.Exa. nesta Casa, como tenho votado às vezes com o PMDB, com o PDT da Deputada Emilia... Tenho votado com todas as outras bancadas, desde que o assunto seja de interesse à família brasileira de meu Estado.

Mas fico triste. Triste por sua ida a Cascavel, porque V.Exa. vai fazer uma longa caminhada para adentrar à Prefeitura Municipal de Cascavel. Feliz por ter aqui a nossa querida professora Lygia, que é uma pessoa idônea, de respeito. Hoje deu uma entrevista muito dignificante no "Bom Dia Paraná", analisamos com bastante interesse. Ela vem para esta Casa para somar pela minha Londrina, terra dos meus filhos, dos meus netos. É importante que ela adentre esta Casa com o objetivo de trabalhar, de lutar pelos seus sonhos, pelos seus ideais. Foi o que deu para entender na sua entrevista.

Estou rezando para que quando V.Exa. descer desta tribuna e sair para o Oeste do Paraná, a sua caminhada seja gloriosa e, quando eu passar por lá, que eu estarei em cima do seu palanque.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o apoio que V.Exa. manifesta neste momento.

Para mim é motivo de orgulho o reconhecimento, embora talvez não tão merecido da minha participação na Assembléia, mas de qualquer forma o respeito e o reconhecimento e a amizade que V. Exa. me devota obviamente é algo que nos comove e nos deixa orgulhoso.

Então eu, até em respeito ao ilustre Presidente da Assembléia, rigoroso no tempo - como sempre apenas com a Bancada do PT - nós queremos agradecer a atenção de V. Exa. e pedir à Mesa da Assembléia porque tínhamos a intenção de preservar o horário da Liderança da Bancada do PT para o pronunciamento da nossa companheira Lygia que assume agora.

Então, se a Mesa houver por bem acatar essa nossa última reivindicação nós ficaríamos muito agradecidos.

O Sr. Nelson Garcia - Deputado Ernani, eu lhe concedo o horário do PFL.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço a deferência de V. Exa. e lhe concedo o aparte.

O Sr. Nelson Garcia - Companheiro Deputado Ernani, Companheiros e demais Deputados, para mim é uma satisfação porque eu sou conhecedor da sua pessoa.

Eu, quando passei por Cascavel seis anos, quase sete anos como gerente de banco, empresário em Cascavel, sei do seu trabalho, conheço a sua família, conheço a sua origem e V. Exa. mostrou a sua origem aqui como um homem capacitado.

Então, eu tenho certeza, Ernani, de que você vai saber como conduzir uma campanha dentro de Cascavel como soube conduzir a campanha de 88 e quase que você chegou lá com o seu trabalho sério; perdeu porque, como você disse, chegaram com balaços, uma briga difícil que só está perdendo Cascavel.

Eu, como morador de Cascavel há seis ou sete anos, que tinha propriedades em Cascavel, acabei vendendo porque sempre está nas mãos dos grandes. E você vem fazendo esta luta a quem apoio, estou junto com você. Por quê? Porque Cascavel perdeu muito. Eu tenho exemplo de Umuarama. Em Umuarama os prefeitos passados como Cascavel deixaram a cidade muito bonita. Cascavel tem belas praças, bastante asfalto, avenidas, a coisa mais linda do mundo, só que não mata a fome do povo, e emprego em Cascavel não tem.

E a Prefeitura de Umuarama hoje com o Prefeito Ceranto já adquiriu cento e cinquenta alqueires de terras, indústrias, em presas que viriam a Cascavel hoje implantando com apoio de empresas de Cascavel em Umuarama, gerando quase dezoito a vinte mil empregos diretos e indiretos. Nisso

Cascavel ficou para trás. Faltou agilidade, essa agilidade que você tem, agilidade de trazer o emprego à vida social de cada um dos moradores de Cascavel.

Eu confio na sua pessoa, parabênizo a sua saída, eu tenho certeza de que você terá grande êxito na sua caminhada. Então, nós aproveitamos para dizer a você que esses cinquenta e quatro Deputados, incluo a minha pessoa, estaremos aqui para lutar com você juntos na Assembléia o apoio a Cascavel.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte.

Concedo o aparte ao Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Eu vou chamá-lo de amigo Ernani.

Até pode se estranhar que um Deputado do PRN seja um amigo de um Deputado do PT, mas eu diria a você bem breve: vá para Cascavel e "arrebente", porque eu tenho certeza de que você é o Prefeito de Cascavel. Nós que já curtimos momentos felizes aqui dentro e que conversamos sobre as mágoas do Poder Legislativo, as mágoas que a função de Deputado nos traz, tenho certeza que você, como Prefeito de Cascavel, um novo tempo começará para aquela cidade.

Eu só te peço uma coisa, vá lá e "arrebente" mesmo, porque o nosso espírito guerreiro nos leva a isso. Vá, "arrebente", porque você é o prefeito. Estou te dizendo isso no dia 23 de junho, você é o prefeito porque você criou as condições. Você tem moral para chegar e subir em qualquer palanque e dizer do teu passado, da tua luta e do futuro que você vai levar a Cascavel.

Parabéns e boa sorte.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte do Deputado Fregonese, seu apoio, seu estímulo.

Concedo agora o aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Meu caro Ernani.

Nós aqui aprendemos a admirá-lo pela sua atuação atenta, moderna e sempre moralizadora. Mas queremos cumprimentá-lo também, Ernani, pela sua atitude de licenciar-se no momento em que vai disputar a prefeitura da importância do Município de Cascavel, mas particularmente pela sua atitude de licenciar-se para ir em busca de outro poder, porque a nova Constituição não obriga, nesse sentido, mas Vossa Excelência espontaneamente tomou essa decisão e permite que uma suplente venha e ocupe o seu lugar, e Vossa Excelência possa fazer uma campanha com liberdade.

Parabéns, sucesso, e esperamos vê-lo Prefeito de Cascavel.

O SR. ERNANI PUDELL - Muito obrigado.

Agradeço especialmente também a paciência da Mesa, e já aproveito para convidá-los para a posse e agradecer também o apoio que tive aqui na Assembleia, inclusive financeiro, que da nossa contribuição da campanha não sobrou nem um número da nossa rifa, posso assegurar que o prêmio já está devidamente guardado, porque haverá um ganhador, e ficará como lembrança, como um troféu talvez dessa vitória que será - no nosso entendimento - a queda de uma das Bastilhas no Estado do Paraná; e se Vossa Excelência me permitir, ilustre Presidente, eu não poderia deixar de ouvir a manifestação do ilustre Deputado Orlando Pessuti, Líder da bancada do Governo, com quem nós tivemos tantas discussões, tantos embates aqui nesta Casa.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Ernani, nós o saudamos neste momento em que Vossa Excelência se afasta do Poder Legislativo para as disputas eleitorais do Município de Cascavel, em meu nome pessoal, em nome da bancada do PMDB, quero registrar aqui a satisfação que tivemos de tê-lo durante este período como membro da Assembleia Legislativa. É bem verdade que em muitos momentos divergimos, e divergimos até muitas vezes com muita firmeza de posições defendidas por Vossa Excelência, por sua bancada e posições defendidas por nós e por nossa bancada.

É bem verdade também que em muitos momentos nos somamos, como mais recentemente em toda essa problemática que envolve o Paraná e o Governo Federal, no que diz respeito à intervenção da Fazenda Can-Can, bem como também em todas as outras ações que envolviam os movimentos sem-terras, tendo inclusive a participação muito ativa do Deputado Toti Colaço, em várias comissões propostas pela bancada do PT para avançarmos na solução de problemas.

Queremos também neste momento, já de imediato, cumprimentar a Deputada Lygia Pupatto, pela sua assunção à Assembleia Legislativa, esperando que realmente possamos aqui nos debates, na discussão das idéias, produzir coisas que interessam ao Estado do Paraná. É bem verdade também que diferentemente dos outros parlamentares, eu não posso torcer tanto assim pelo sucesso de Vossa Excelência na disputa eleitoral em Cascavel.

Apesar de todos os problemas, o nosso Partido, o PMDB, lançará candidato lá em Cascavel, e se eu ficar aqui torcendo muito pelo Deputado Ernani, eu posso correr o risco de ver o meu Partido perder uma prefeitura de importância como a de Cascavel.

Mas, de qualquer forma, é necessário que nesse momento manifestemos a nossa solidariedade a Vossa Excelência, pela dis-

posição, eu diria não a coragem, mas até a coragem de participar de um pleito eleitoral nos momentos em que estamos vivendo porque é a oportunidade que se tem, nós os políticos, de estabelecermos o contraditório em cima de algumas coisas, em cima de algumas teses. Tenho certeza que Vossa Excelência será muito eficiente nesta missão e na disputa eleitoral buscar estabelecer o contraditório em cima de muitas questões que estão aí implantadas e com as quais todos nós não concordamos.

Quero cumprimentá-lo pelo período que esteve aqui e torcer para que a Deputada Lygia Pupatto possa desempenhar e tenho certeza que o fará com a mesma eficiência a defesa das teses que o seu Partido apregoa, muitas das quais evidentemente não comungam com a nossa Bancada e com a nossa tese pessoal.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Orlando Pessuti, e Vossa Excelência é testemunha de que nós, adversários de Oposição, sempre fomos uma Oposição leal, franca, e que da nossa parte não faltou também quando necessário, quando justo, o apoio da Bancada do PT às causas, às lutas, especialmente do Governo do Estado e que viesse de encontro com a aspiração da maioria do Povo.

Agora, tranquilizo Vossa Excelência, porque aquela base histórica, autêntica do PMDB de Cascavel, aquela forjada na resistência contra a ditadura, na luta pela liberdade, na luta pela justiça social, pela moralização da coisa pública, essa base, nobre Deputado, no silêncio, na solidão da urna, já tem sua decisão tomada e ela vai optar pelo que é melhor para Cascavel, e eu tenho certeza inclusive nos dará a vitória que Cascavel precisa.

Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

Agradeço a paciência da Mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Este Poder tem procurado exercitar em toda a sua plenitude a democracia, mesmo porque não poderia ser diferente, visto ser aqui o fórum das discussões e decisões.

Se em alguns momentos, como disse o Deputado Ernani Pudell, a Assembleia, no seu pensamento ainda mantém os resquícios da ditadura, o Deputado Ernani Pudell deve ter entendido que aqui nesta Casa teve toda a liberdade para exercer a sua função como Deputado.

Se em alguns momentos os seus pensamentos, as suas idéias não chegaram a se concretizar, sabe Vossa Excelência que existe um Regimento Interno da Casa e a Mesa Executiva tem procurado ser fiel a esse Regimento. Porém, não pode esquecer

também Vossa Excelência, que esta mesma Mesa Executiva, e muito em especial o Presidente Anibal Khury, tem dado provas do seu exercício de democracia.

Em nome desta Casa, em nome da Mesa Executiva também, queremos deixar aqui o nosso desejo, a nossa satisfação, de que Vossa Excelência tenha um bom desempenho nesta campanha política em Cascavel e que evidentemente, se for o desejo da população daquele Município, que Vossa Excelência se torne o seu Prefeito e possa, evidentemente, fazer com que suas idéias, os seus pensamentos, possam ser evidentemente concretizados. Ao mesmo tempo em que saudamos também a nossa mais nova companheira, Deputada Lygia Pupatto, que vem se somar ao lado da nossa até então única representante, Deputada Emilia Belinati, aqui nas discussões, nos debates, nas suas idéias, seus pensamentos, no sentido de cada vez mais valorizar a mulher que tem sabido ocupar o seu espaço em todos os campos.

Eu quero neste momento transferir os trabalhos ao Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, que vai convocar a Deputada para prestar o juramento e a partir deste momento ocupar uma cadeira nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.
(Declina).
PDT.
(Declina).
PST.
(Declina).
PRN.
(Declina).
PMDB.
(Declina).

Encontra-se sobre a Mesa, requerimento do Deputado Ernani Pudell, solicitando 121 dias de licença e a imediata convocação do suplente.

Há elemento estranho no requerimento. Solicito ao Deputado Ernani Pudell que encaminhe novo requerimento; há elemento estranho no requerimento, que não diz respeito ao Plenário. V.Exa. deve encaminhar requerimento no sentido da sua licença.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero comunicar com muita tristeza o seqüestro e ainda, o desaparecimento do empresário Benjamin Vilela, 36 anos de idade, da cidade de São José da Boa Vista, candidato a prefeito pelo PDT, praticamente com as eleições ganhas, segundo pesquisa, com mais de 80% da aprova-

ção.

No último domingo à noite, desapareceu. Seu automóvel foi encontrado ontem pela manhã e até o momento, não temos qualquer notícia do seu paradeiro.

Com muita tristeza é que em nome da Bancada do PDT, do Diretório Regional do PDT, lamentamos esse fato e esperamos que a Secretaria da Segurança Pública, tome as devidas providências no que diz respeito às investigações, para localização dos autores do seqüestro, para as suas punições e esperamos que o desaparecimento do companheiro Benjamin Vilela não tenha sido um ato político, isto porque a convenção do PDT se realiza exatamente no dia de hoje, na cidade de São José da Boa Vista, muito embora isso não venha impedir que a convenção possa evidentemente apontá-lo como candidato a prefeito na cidade de São José da Boa Vista.

É o registro que eu quero fazer aqui no Plenário, lamentando profundamente este acontecimento.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de comunicar aos ilustres Parlamentares de que hoje, por volta das 13:00 horas, foi consagrado em nome do empresário e suplente de Senador, José Carlos Gomes de Carvalho, do PTB, como candidato a vice-prefeito de Curitiba, na chapa de Rafael Greca, do PDT.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É desejo do Deputado Ernani Pudell, que a suplente de Deputado, que vai assumir a sua Cadeira aqui na Assembléia, fale no horário do PT.

Nessas condições eu vou submeter a voto o requerimento que ainda não está sobre a mesa, mas em homenagem à mulher Deputada, vou submeter o requerimento à votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

Convido a Deputada Lygia Pupatto a vir prestar o juramento constitucional.

Convido os Senhores Deputados a ficarem em pé.

A SRA. LYGIA PUPATTO - "Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado.

Assim o prometo".

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro licenciado o Deputado Ernani Pudell e declaro empossada no cargo de Deputado Estadual, a Senhora Lygia Pupatto e convido-

-a a tomar assento na sua Bancada nesta Casa.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome da Bancada, nós damos boas vindas à companheira Lygia Pupatto, e desejamos que o companheiro Ernani vá para Cascavel e volte como Prefeito eleito, só para a festa e não volte mais a legislar nessa Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no horário do PT, à nossa nova Deputada.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, boa tarde.

Eu inicio o meu pronunciamento pedindo aos Senhores para me reportar a um poeta que diz:

"Aqui nesta casa ninguém quer a sua boa educação.

Nos dias que tem comida, comemos comida com a mão.

E quando a polícia, a doença, a distância ou alguma discussão.

Nos separam de um irmão,

Sentimos que nunca acaba de caber mais dor no coração.

Mas nós não choramos à toa,

Não choramos à toa.

Aqui nesta tribo ninguém quer a sua catequização.

Falamos a sua língua, mas não entendemos seu sermão.

Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão

Mas não sorrimos à toa,

Não sorrimos à toa.

Aqui neste barco ninguém quer a sua orientação

Não temos perspectiva, mas o vento nos dá a direção.

A vida que vai à deriva é nossa condução.

Mas não seguimos à toa,

Não seguimos à toa.

Volte para o seu lar.

Volte para lá".

Assumo uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná com o firme propósito de ajudar a fazer desta Casa a Casa do povo. Por acreditar que povo não é uma palavra desacreditada, mas apenas roubada do seu verdadeiro sentido. Por acreditar que estas galerias devem estar lotadas de pessoas, conferindo a verdadeira substância de um Poder autônomo, respeitado pelos outros Poderes, respeitado como uma casa, a casa de todos nós paranaenses.

Assumo o cargo de Deputada, consciente das responsabilidades que me conferem os que me elegeram. Substituo o companheiro Ernani e assumo a responsabilidade de con-

tinuar o seu trabalho, exercido com dignidade e competência. Assumo um lugar na Bancada do Partido dos Trabalhadores com a responsabilidade de lutar pela moralização da administração pública, pela democracia e por uma sociedade mais justa. Represento mulheres, ecologistas, educadores, funcionários públicos, populações da periferia e não pretendo me esquecer dos compromissos que assumi em campanha.

As tarefas são imensas.

A crise política, econômica e social que vivemos não são menores.

A nível federal, explode uma crise de ordem ética e moral, arrastando o que resta de credibilidade do Governo Collor. Esperamos de coração que a CPI do Congresso tenha condições políticas de começar a lavar a alma de todos os brasileiros, desde sempre revoltados com a corrupção, os desmandos e a impunidade. Soma-se a esta crise a falência do modelo econômico neo-liberal, incapaz de dominar a inflação e de gerar bem-estar a segmentos cada vez maiores da população.

A nível estadual, o Governo Requião prima pela ambigüidade, procura incentivar a produção e o emprego e ao mesmo tempo sucateia impiedosamente Instituições de Ensino e Pesquisa; defende assentados rurais e ao mesmo tempo gasta fortunas em propaganda; não tem políticas claras para a área social e paga salário de fome ao Funcionalismo Público.

A curto prazo, o esforço será direcionado para resgatar a dignidade do ensino e pesquisa do nosso Estado; e democratizar, estendendo a todos os segmentos da sociedade a discussão do Orçamento do nosso Estado para 1993. E resolver a questão de responsabilidade e de verbas que emperram a solução de um problema tão grave, que é o problema da segurança pública de Londrina e da região norte. Região esta tão completamente esquecida e sem voz nos últimos anos.

Para desempenhar estas tarefas tenho a vontade de trabalhar e tenho a esperança de poder mudar muitas coisas. Tenho colegas nesta Casa, que respeito pelo trabalho que vêm fazendo. E conto com eles para me ajudar.

Não pretendo, de nenhuma forma, pedir desculpas por ser Deputada. Mas bem sei, para que isto não ocorra, todo o esforço será pouco, toda a vontade será pequena, se não tiver o apoio e a mobilização dos que têm construído comigo este projeto.

Apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando, uma certeza me acompanha: vale à pena lutar por uma vida melhor.

Muito obrigada!"

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra-
do o Horário do Expediente.
Passa-se à

ORDEN DO DIA:
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 160/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 23 do corrente mês, em função de viagem à Região Noroeste do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° SPB. 1313/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 23 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando licença pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, para tratar de interesses particulares.- **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 32/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Com EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 121/92

P A R E C E R:

Ao presente Projeto de Lei foi apresentada emenda aditiva, visando tornar o texto do Projeto mais coerente com os objetivos pretendidos.

Analisando a emenda, verificamos que a mesma não torna a pretensão do Poder Executivo inviável, e ainda não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda de Plenário.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor

Presidente e Senhores Deputados.

O Projeto de Lei de origem de Mensagem do Poder Executivo versa, nos seus quatro artigos, sobre suplementação e cancelamento de verbas previstas por esta Casa.

Diz o artigo 2° (Lê): "Servirão como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme o anexo II desta Lei, que diz dos cancelamentos previstos".

Diz, no seu artigo 3° (Lê): "Em decorrência no contido nos artigos 1° e 2° desta Lei, ficam alterados o orçamento próprio da Fundação Rádio e Televisão do Paraná e a programação orçamentária global da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, CODAPAR, aprovados pela Lei Estadual n° 9.883, de 23.12.91, conforme anexos III e IV".

A nossa preocupação, inclusive, no encaminhamento desta matéria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se prende à Mensagem 32 de S.Exa. o Governador do Estado, que diz no seu bojo: "Aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 23.12.91" - e aqui eu quero pedir a atenção dos nobres Deputados - "visando a atender despesas com aquisição e instalação de equipamentos para produção de programas e dos projetos de capacitação de professores da rede pública, extensão rural, e apoio pedagógico ao ensino básico".

Ora! Se a Mensagem de S.Exa. objetiva contemplar este dispositivo, não é o que consta no referido Projeto de Lei. Por isto, a apresentação da Emenda de Plenário n° 1, assinada por diversos Deputados, objetiva adequar o projeto àquilo que está dito por S.Exa. o Governador do Estado, dizendo: (Lê) "Inclua-se o artigo 3° do Projeto de Lei 121/92 o Parágrafo Único com a seguinte redação: os recursos previstos nesta Lei, incorporados aos orçamentos próprios da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, visarão atender despesas com a aquisição, instalação de equipamentos para produção de programas e dos projetos de capacitação de professores da rede pública, extensão rural, e apoio pedagógico ao ensino básico".

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estaremos dando - de fato, ao Projeto, a transparência que ele diz na Mensagem que não consta no Projeto de Lei. Por isso eu acho que esta emenda, ela, objetiva simplesmente dar a clareza e a transparência conforme está a Mensagem do Governador e não consta em nenhum artigo do referido Projeto de Lei. Versa apenas, na sua origem, sobre a transferência de recursos para o sistema de rádio e televisão do Estado do Paraná, justamente no momento em que se discute a questão das

sucessões municipais e esta é uma preocupação que temos neste Plenário.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós entendemos que a emenda proposta pelo Deputado Paulo Maia e por outros parlamentares, não tem necessidade de ser aprovada uma vez que as intenções e a determinação do Governo está explícita e consta com muita clareza da própria Mensagem.

É evidente que se de um lado a emenda procura detalhar mais a Lei que estamos votando, por outro lado ela também criará um gessamento total por parte da aplicação desses recursos. O próprio governo já está dizendo que os recursos vão ser aplicados na área pedagógica, na área de preparação de professores, na área da extensão rural.

E eu não vejo porque numa Lei tenhamos que, amarrar na plenitude coisas que ocorrem normalmente na regulamentação das Leis através dos Decretos e que é evidentemente, uma competência do Poder Executivo, assim proceder.

Entendendo que a emenda é desnecessária, nós solicitamos aos Senhores Deputados que votem contrariamente à mesma para que nós possamos ter esse Projeto aprovado no dia de hoje.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu gostaria apenas de citar, já que o Nobre Líder fez alusão a respeito da nossa posição, não queremos polemizar, queremos dizer da transparência. O que a Lei estabelece são as garantias não previstas na Mensagem. Por isso acreditamos que a Mensagem não é objetivo maior e sim a Lei. Por isso eu creio que se propugnarmos aqui pela transparência do referido Projeto, nós não podemos, em hipótese alguma, deixar de aprovar a referida emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda.

Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Treze (13) aprovam.

Dezessete (17) rejeitam.

Está rejeitada.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Solicito nova verificação de votação.

Parece que não foi constado o voto do Deputado Fregonese.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não altera.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 49/92, objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1º/06/92 e 30% (trinta por cento) a partir de 1º/07/92, calculados sobre os valores de maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Nós queremos consultar V.Exa. porque havia uma emenda da nossa Bancada que, inclusive acrescenta a bimestralidade e a vinculação do aumento do salário dos servidores ao INPC a que se refere o Projeto.

Esta emenda não foi publicada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a Questão de Ordem de V.Exa., houve um erro técnico aqui.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

Aprovado.

Em votação a emenda.

Senhores Deputados que aprovam a emenda...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Qual emenda Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De autoria da Bancada do PT, que por um pouquinho de descuido aqui do nosso assessor... "Os níveis dos vencimentos dos servidores de que trata a presente lei serão reajustados de acordo com os parâmetros de bimestralidade e terão como base o índice nacional de preços ao consumidor". Em votação a emenda.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, Deputado Ovidio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - A nossa emenda se encontra extremamente prejudicada pela não publicação, o Plenário teria que ter tomado conhecimento na publicação do Projeto.

Mas a nossa emenda tenta corrigir e garantir aos servidores públicos, a que se

refere o Projeto dos Portos do Paranaguá e Antonina, que se garanta na lei a correção dos seus salários bimestralmente e que esse índice seja vinculado ao INPC, ao índice nacional de preços ao consumidor.

Essa emenda objetiva evitar situações, eu diria até constrangedoras, como assistimos ontem aqui nesse Plenário, de servidores públicos, ou esposas de servidores públicos terem atitudes e terem que se pronunciar, de maneira, como assistimos que, quando uma esposa de um servidor público chora dizendo que não tem condição de comprar um picolé para o seu filho, que a pede.

Nós entendemos que a política salarial do Governo do Estado vem sendo, desde o Governo Álvaro Dias, achatada, aos servidores públicos, sem nenhuma forma de garantir que ao menos se corrija os salários pelo índice de preços do consumidor, pelo aumento da cesta básica, que é o mínimo, que é o alimento que o trabalhador precisa para sobreviver.

Então, entendemos que o Governador Roberto Requião já não garantiu, ou já por decreto, contra o nosso voto, e que estamos questionando ainda isso, não respeitou a data base que a lei garantia aos servidores públicos do Estado.

Portanto, há necessidade que num momento desses se garanta, quando se dá um reajuste, quando se discute o salário dos servidores do Estado, até especificamente esse caso dos servidores da administração dos portos de Paranaguá e Antonina, se pense e se garanta isso aos servidores. Essa nossa emenda também, está apresentada em vários outros Projetos, de reajuste aos servidores do Estado, que aí estão.

Portanto, Srs. Deputados, contamos com esta garantia, que nós Deputados, e que esta Casa tem autonomia e poderã dar aos servidores do Estado, que estão com os seus salários defasados e sem condições até de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda está em votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Quatorze (14) Srs. Deputados aprovam a emenda.

Srs. Deputados que a rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove (19) rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

Emenda já aprovada em segunda discussão, "a partir de primeiro de julho de 92, mediante o acréscimo percentual de mais de 30%".

Aprovada.

O projeto irá a redação final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/92, de autoria do Poder Judiciário, da nova redação ao artigo 34, da Lei nº 8.280/86, Juizado de Pequenas Causas). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 99 de 19.08.91.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 352/91

PARECER:

Trata-se de projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, objetivando o uso obrigatório de cintos de segurança, nos ônibus, que fazem linha intermunicipais e estaduais, no território Paranaense. A primeira análise tal matéria fugiria da competência do legislador estadual, uma vez que, tal matéria é regulada a nível federal pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, mas devido a sua importância e caráter que se reveste, somos favoráveis a sua tramitação e apreciação em plenário, uma vez que o bem maior a ser protegido a vida humana, deve impor-se a qualquer norma, ainda mais que precedentes existe no tocante as normas baixadas pelo CONTRAN, e sua legitimidade e aplicabilidade no âmbito Estadual. Assim foi no episódio recente do licenciamento e autorização da transformação das camionetes cabinas duplas, que foi objeto de Lei Estadual, divergente da norma Federal.

Pelo que nosso parecer é favorável a apreciação pelo Egrégio Plenário.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSE AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 352/91

PARECER:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, o presente Plano de Lei visa tornar obrigatório o uso de cinto de seguran-

ça nos ônibus intermunicipais e estaduais, no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a proposição, posicionou-se pelo parecer favorável, por entender ser justa a medida que visa proteger a vida humana.

Chamada a opinar esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme lhe preceitua o Regimento Interno, compartilha com o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DIRCEU MANFRINATO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/91, de autoria do Deputado José Tavares, que concede pensão especial à viúva Sra. Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e filhos do ex-policia! Antonio Carlos Pinheiro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 126 de 12.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 446/91

P A R E C E R:

PRELIMINARMENTE

Esta Comissão de Constituição e Justiça, em diversas oportunidades se manifestou contrariamente quanto à constitucionalidade e legalidade de Projetos de Lei com o mesmo objeto que está sob análise. Entretanto, a nosso ver, estamos diante de um caso com característica diversa dos anteriores, por tratar-se de concessão de pensão à viúva de ex-servidor público estadual contratado pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para prestar serviços como motorista junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e que adquiriu a estabilidade no serviço com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Ademais, o autor do projeto, Deputado José Tavares, de forma clara e precisa demonstra na justificativa da proposição a sua constitucionalidade e legalidade, razão pela qual sucumbimos aos seus argumentos.

QUANTO AO MÉRITO

É público e notório que os Estados Brasileiros - o Paraná não foge à regra - antes da vigência da Constituição Federal de 1988, contratavam servidores pelo Regime CLT para exercerem as mais diversas funções dentro da administração Pública e que muitas das vezes, desempenhavam outras que não a prevista em seu contrato de trabalho. É o caso do ex-servidor Antonio

Curitiba, terça, em 23.06.92

Carlos Pinheiro. Tal afirmação fazemos com conhecimento de causa, pois o mesmo prestou serviços na Delegacia de Polícia de Cambé, onde fomos Vice-Prefeito, por algum tempo e lá, infelizmente, veio a falecer alvejado por disparos efetuados por margina!s que empreendiam fuga da cadeia local.

Assim, pelos argumentos apresentados na justificativa da proposição, que demonstram a sua legalidade e constitucionalidade e pelo fato do Senhor Antonio Carlos Pinheiro efetivamente ter prestado serviços como Agente Policial, manifestamo-nos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 446/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Tavares, visa o projeto de lei em análise, conceder pensão especial à viúva, Sra. Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e filhos, do ex-policia! Antonio Carlos Pinheiro.

O projeto se encontra em conformidade com as normas constitucionais, regimentais e legais, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 446/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Tavares, o presente plano de lei objetiva conceder pensão especial à viúva, Sra. Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e filhos, do ex-policia! Antonio Carlos Pinheiro.

Analisada a proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta Parecer Favorável. Esta Comissão ao examinar a matéria, concluiu não existir óbices de qualquer natureza à sua normal tramitação.

Isto posto opinamos favoravelmente à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

DIRCEU MANFRINATO - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar.

Já temos aqui nos manifestado em ou-

tros projetos desta natureza. Da mesma forma, a C.C.J. tem tido a nossa posição e inclusive por unanimidade durante todo o ano passado. E até há pouco tempo na C.C.J. se manteve este princípio de que se estivessemos concedendo uma pensão especial à uma viúva, ou a qualquer brasileiro, estaríamos infringindo o Artigo 5º da Constituição, que garante a igualdade a todos os brasileiros.

Desta forma não questionando o direito de uma viúva de um ex-policia, de ter o direito a uma pensão, mas já questionamos em outras oportunidades, de que o Estado garanta de alguma forma, e cobrávamos da Secretaria de Segurança, a preocupação de um caso assim, que ocorre seguidamente em nosso Estado quando policiais são submetidos a situações como esta, deixar viúva e filhos sem nenhuma garantia, quando um policial assume uma delegacia como suplente ou assim por diante.

Cobramos novamente a necessidade de que o Estado, através do órgão competente, que tem a obrigação de dar esta garantia, se preocupe em resolver esta situação. Que esta Casa não tenha que fazer concessões especiais por estar uma pessoa neste tipo de situação, mas que uma lei a garanta. Que esta pessoa tenha condição de uma pensão após perder o seu marido num caso deste, a serviço do Estado e do povo do Paraná.

Queremos registrar o voto contrário de nossa bancada, não pelo princípio do direito, mas de que a questão especial seja vista. Há centenas, há milhares de casos especiais de trabalhadores neste Estado que não têm a mínima condição de sobrevivência e, portanto, não se preocupa com estas situações.

Queremos, desta forma, registrar voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Projeto, com exceção da bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/92, que isenta a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. EM REGIME DE URGÊNCIA - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 005/92.

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/92, objetiva o presente plano de

lei, isentar a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD.

Com efeito, entendemos que este projeto de lei é indiscutivelmente justo e oportuno, e acima de tudo, vem atender os altos interesses da Administração e da Coletividade, pois conforme sua justificativa, a adoção da medida que preconiza virá minimizar os custos finais das unidades habitacionais a serem construídas pela COHAPAR, beneficiando mormente os mais necessitados.

No que diz respeito ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações, já existe isenção quanto à pessoa física no caso desta possuir apenas um único bem imóvel.

Nestas condições, atendidos os altos interesses da Administração, somos de opinião favorável à aprovação do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 005/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 005/92, originado da Mensagem nº 03/92, de autoria do Executivo Estadual, isenta de taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD.

Sob os estritos aspectos de competência desta Comissão de Finanças, não existem óbices à normal tramitação do referido projeto de lei e sua apreciação e aprovação pelo Plenário desta Assembleia Legislativa do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 005/92

PARECER:

Analisando a Mensagem nº 003/92, de autoria do Poder Executivo, que transformado em projeto de lei visa isentar a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD.

Entendemos que este projeto de lei é justo e oportuno, pois atende aos altos

interesses da Administração Pública, e principalmente da coletividade. A adoção da medida que visa baratear os custos finais das unidades habitacionais a serem construídas pela COHAPAR, beneficiará uma grande parte da população do nosso Estado, que sonha um dia possuir sua casa própria, mas que hoje se sente receosa pelo elevado preço das prestações impostas aos mutuários.

Com o barateamento dos custos finais das unidades habitacionais a serem construídas, é mais do que lógico que muitas famílias tentem se habilitar para adquirir a sua tão desejada casa própria.

Nestas condições, visando atender ao alto interesse da Administração Pública, visando atender ao grande interesse social da população de nosso Estado, esta douta Comissão de Obras Públicas nada tem a opor, sendo favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 59/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA - MAC E DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM - MIS - AA - MAC/MIS, com sede nesta Capital. Sem pareceres. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 059/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA - MAC E DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM - MIS - AA-MAC/MIS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade apoiar trabalhos de conservação, recuperação e divulgação do patrimônio histórico e artístico do MAC e MIS; manter contato com entidades e apoiar toda a iniciativa de valorização dos acervos existentes; apoiar a realização de estudos e projetos de desenvolvimento relativos ao patrimônio artístico-cultural do Paraná; dar sua colaboração para propiciar melhores condições de trabalho aos funcionários dos museus

MAC e MIS; colaborar na captação de recursos financeiros ou de contribuições de qualquer natureza para programas e projetos de interesse do MAC e do MIS; contribuir para a realização de viagens de estudos e aprimoramento de funcionários do MAC e MIS em cursos, conferências, seminários, exposições nacionais e encontros de interesse dos museus.

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, entendemos que um projeto de lei desta natureza de declaração de Utilidade Pública não há razão para estar em Regime de Urgência. Estarmos votando um projeto deste, sem pareceres das Comissões... Entendemos que o Regimento Interno garante, mesmo em Regime de Urgência, que os projetos sejam submetidos às comissões, especialmente à Comissão de Constituição e Justiça, para que a mesma emita o seu parecer.

Entendendo que a declaração de Utilidade Pública não justifica urgência e motivos para que o projeto esteja na Ordem do Dia sem pareceres, sugerimos a Vossa Excelência a retirada, até porque é de autoria de Vossa Excelência o projeto, para que seja encaminhado à C.C.J.. Em não acontecendo, queremos registrar o nosso voto contrário, mas solicitamos a Vossa Excelência que fosse o mesmo retirado para ser encaminhado às Comissões, para o devido parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto entrou em Regime de Urgência no dia 31 de março, em consequência disso, não vai ser possível a sua retirada da Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, qual o procedimento das comissões, ou a C.C.J., que ainda não emitiu parecer, se o projeto está em Regime de Urgência desde o dia 31 de março ou desde o mês três?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse é problema da C.C.J., não é meu.

Com exceção da Bancada do PT, está aprovado o Projeto de Lei nº 059/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/92, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro. Com PARECERES CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 103/92

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É autorizado o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro.

§ 1° - A redação não poderá ser inferior à menor alíquota prevista para as operações interestaduais (art. 155, § 2°, item VI, da Constituição Federal).

§ 2° - A redução poderá ser dada na fase inicial, intermediária ou final da circulação da mercadoria.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta lei dentro de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA

Trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que poderá abrir oportunidade para colaborar na solução dos problemas de moradia, especialmente para as famílias de baixa renda, considerando-se que hoje os tributos encarecem sobremaneira os materiais de construção. Esse tipo de benefício, embora restrito, não deixará de ser um estímulo que representará a contribuição do governo, inclusive, para incentivar a construção civil, gerar mais mão-de-obra no setor na busca do atendimento social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 103/92

P A R E C E R

O presente projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro.

O presente projeto de lei fere dispositivo constitucional no que se refere a sua iniciativa, tendo em vista que esta cabe ao Executivo (art. 87, VI, da Constituição Estadual); se isso não bastasse, deve o mesmo preceder de autorização do CONFAZ (art. 155, § 2°, XII, "g", da CF).

Face ao exposto, somos de parecer contrário, levando-se em consideração o aspecto da inconstitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - RelatorCOMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 103/92

P A R E C E R

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Lei n° 103/92 em tela objetiva obter do Poder Executivo a redação da carga tributária do ICMS em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro.

A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, observou procedimentos irregulares quanto à iniciativa, entendendo ser este de exclusiva competência do Poder Executivo e ainda com parecer autorizatório do CONFAZ, o que fez em se pronunciar desfavorável à sua legalidade.

A Comissão de Finanças entende e elogia a justificativa, reconhecendo o mérito e o objetivo social da proposta. No entanto, diante do aspecto discriminatório, é de parecer favorável à continuidade da tramitação do projeto de lei nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Nós queremos nos posicionar contrários à votação desse projeto, porque ele isenta uma parcela, um setor econômico da sociedade paranaense, de ICMS, o que não justifica que se discrimine certos setores com isenção de impostos, setores que, ao nosso entendimento, não têm a necessidade nem deverá contribuir com seus impostos para que isso se reverta em benefício para a população do Paraná.

Encaminhamos parecer contrário e registramos o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente. (Assentimento).

Esse Projeto, nós tivemos a intenção de fazer valer as pequenas olarias que ainda lutam com o trabalho manual, que ainda mantêm algumas bocas com este trabalho. E me admira muito o Deputado do PT, que é um homem do interior que, eu acredito, até defende a briga do Governador Requião contra as empreiteiras que cobram um preço muito maior do que as casas construídas pela COHAPAR do Paraná.

Eu não estou aqui defendendo nem o Governador, mas estou defendendo, sim, aqueles homens do interior que ainda mantêm uma pequeninha olaria na região de Dois Vizinhos de onde somos originários como o Senhor Deputado que acabou de encaminhar negativamente.

Então, eu acho que Vossa Excelência, Deputado não conseguiu atingir o objetivo deste Projeto que é para melhorar as con-

dições de vida principalmente daqueles que moram embaixo das barracas, daqueles que até invadem propriedades e que, talvez, com um salário mais digno, com um ICMS reduzido nas telhas e nos tijolos pudessem, ao longo das estradas também construir a sua casa de material.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para Encaminhar, Senhor Presidente. (Assentimento).

O SR. DOUTOR ROSINHA - No texto da lei não está especificando qual é o tamanho das empresas que estão tentando a isenção do ICMS. E mais, sendo micro-empresa ela já se enquadra na legislação específica. Portanto, já há legislação.

Nós do PT, se não se deixar claro quem está sendo favorecido, votaremos contrário. Se amanhã o nobre Deputado apresentar uma emenda deixando bem claro quais são os setores empresariais que estarão isentos do ICMS, se são os pequenos, que são os micros, terá o apoio do Partido dos Trabalhadores. Mas um projeto generalizado aonde todos ficam isentos à Bancada do PT é contra, porque, acaba favorecendo os grandes oligopólios dos grandes empresários do setor.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, apenas para dizer à Bancada do PT que como Vossas Excelências são fiscais da Ordem do Dia e da dignidade pública, Vossa Excelência pode apresentar essa emenda que eu ficarei orgulhoso de ver uma emenda de tão grande alcance e, talvez, se o meu projeto prejudica o pequeno e favorece o grande eu estarei de pleno acordo.

Amanhã não estarei presente porque estarei fazendo convenções em três municípios de meu interesse como é o último dia, mas ficarei orgulhoso se Vossa Excelência apresentar uma emenda, votarei favoravelmente.

O SR. ALGACI TOLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Eu também me sinto assim, um tanto quanto preocupado com o Projeto do Deputado Antonio Annibelli, que muito embora possa parecer ter um cunho social, mas ele é bastante perigoso, pode criar inclusive uma série de privilégios, por exemplo, as olarias se utilizam de áreas que constantemente são áreas de outros proprietários e que até causam problemas para o meio ambiente.

Além do que, se dentro do projeto constasse de que o trabalhador que ganha apenas o salário mínimo tivesse também um desconto quando fosse comprar essa telha, esse tijolo, evidentemente ele alcançaria totalmente o aspecto social.

Eu me preocupo porque nós que já temos

uma certa experiência também na condição de prefeito interino por 13 vezes em Curitiba, sabemos o quanto é perigosa a questão da isenção. Eu me considero na verdade, não suficientemente, esclarecido com relação ao projeto e além do que também aqui consta que o parecer da C.C.J. também diz ser contrário a este projeto de lei.

Por esta razão eu voto contrário a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado voto contrário da Bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 26/92, que aprova um crédito suplementar no valor de CR\$ 20.416.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. C.O. e C.E.C.E. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 53, de 06.05.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 115/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem nº 26/92, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa aprovar um Crédito Suplementar no valor de CR\$ 20.416.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, nada há que obste sua tramitação, por não se encontrar qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação e conseqüente aprovação.

É o parecer.

Sala as Comissões em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 115/92

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 26/92, visa aprovar um crédito suplementar de Cr\$ 20.416.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Inexistindo qualquer óbice para a aprovação da presente matéria, posto que ao indicar como recurso para a cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Cultura, consoante específica, a iniciativa atende aos mandamentos constitucionais que disciplinam a matéria orçamentária.

Isto posto, somos pelo mesmo entendimento que a Comissão de Constituição e Justiça, opinamos favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 115/92

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 26/92, visa aprovar um crédito de Cr\$ 20.416.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Inexiste qualquer óbice para aprovação da presente matéria, posto que ao indicar como recurso para a cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Cultura, consoante específica a iniciativa atende aos mandamentos constitucionais que disciplinam a matéria orçamentária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 115/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 26/92, o Projeto de Lei em tela visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.416.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

A medida proposta passou pelo grifo das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, recebendo destas Pareceres Favoráveis.

Assim sendo, chamada a opinar esta Comissão através de seu Relator, manifesta-se favoravelmente posicionando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 33/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.820.000.000,00 (vinte e dois bilhões, oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O. e C.A.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 53, de 06.05.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

Em seu artigo primeiro, este projeto aprova um crédito suplementar de 22.820.000.000,00, procedendo conversão de 12.160.000.000,00 da fonte 17 para 00, no orçamento da Secretaria de Planejamento. E no artigo 2º, diz que servirá como recurso para cobertura do crédito presente, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Neste anexo II, propõe-se o cancelamento de Cr\$ 10.660.000.000,00 do item "Programas Especiais, Regionais e Multisetoriais e Cr\$ 12.160.000.000,00 do item Crédito por equivalência - Produto Panela Cheia".

Já no corpo da Mensagem, o Senhor Governador refere-se, vagamente, que este projeto visa "atender a programas especiais no âmbito da Agricultura, mediante transferências ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE".

Na verdade, esta mensagem carece de mais detalhes, maiores informações. Não questionamos sua intenção, que deve ser meritória. No entanto, para se avaliar sua constitucionalidade, sua legalidade é preciso que se socorram esclarecimentos mínimos adicionados ao presente projeto de lei, tais como:

1) - Por que o envolvimento do projeto Rural-BID? Não se realizará?

2) - Como ingressará no FDE, hoje administrado pelo Banestado, este recurso? a que título? com destinação específica? qual o projeto?

3) - Quando se refere a "âmbito da agricultura" estaria também se reportando a atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento?

4) - O cancelamento do item "Panela Cheia" implica em sua extinção? ou sua redução? ou remanejamento para outro setor?

Entendemos que esta CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, antes de se pronunciar a respeito, deveria receber estes esclarecimentos, se possível com mais do-

cumentos, para respaldar e garantir uma correta avaliação.

Assim sendo, na última reunião desta CCJ, realizada dia 26 de maio passado, solicitamos que fossem transmitidas estas dúvidas ao Senhor Secretário de Planejamento, o que realmente se fez. Já vieram as explicações necessárias, constantes de Informação n.º 074/92, firmada por José Augusto da Annuniação, Técnico em Planejamento e Sueli Rodrigues Esmanioto, Técnico em Finanças, com visto de Otaviano Fabbri Ferraz, Coordenador.

Eis as informações prestadas pela Secretaria de Planejamento:

Item 1. - Quanto ao Projeto Paraná Rural/BID temos a informar que está em negociação uma forma orçamentária alternativa que envolve todos os Estados da Região Sul, através do "Programa de Apoio ao Produtor Rural para a Região Sul do Brasil", sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com o objetivo de proporcionar condições para que o produtor rural ingresse em um processo constante e progressivo de melhoria das condições de trabalho e de vida, através da viabilização econômica de sua unidade produtiva.

Os recursos para o programa não serão mais custeados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID mas pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD. O projeto preliminar será submetido à Comissão de Financiamentos Externos COFIEIX possivelmente até julho e, em seguida deverão ser iniciadas negociações com o BIRD. Somente em 1993 há perspectiva de ingresso de recursos, se as negociações forem bem sucedidas.

Face ao exposto, os recursos orçamentários alocados nesse projeto, podem vir a ser destinados, no corrente ano, a outros setores prioritários.

Item 2. O Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, composto por recursos próprios e do tesouro - e administrado pelo Banco do Estado-BANESTADO, através da Carteira de Fomento possui dotações orçamentárias no orçamento de 1992. Conforme o disposto na Lei n.º 5515/67 e suas alterações, o Estado fará a alocação dos recursos no Fundo mediante transferência da AGE/SEPL ao FDE para possibilitar financiamento ao produtor rural através de linhas de crédito específicas e decorrentes das programações na área da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB.

Item 3. Sim, os programas que serão beneficiados com a presente suplementação, são todos supervisionados e administrados

pela SEAB e inclui o Programa Crédito por Equivalência Produto (PANELA CHEIA), Bom Emprego/Agroindústria e Melhoramento do Rebanho Bovino Leiteiro.

Item 4. O Programa Panela Cheia não foi extinto. Ao contrário, a suplementação proposta objetiva reforçar as disponibilidades de recursos para o pequeno produtor através do referido programa e de outros na área da agricultura, sob supervisão da SEAB e execução financeira do BANESTADO. Através do reforço do FDE o Poder Executivo assume por antecipação alguns dos programas que poderiam ser realizados através do Paraná Rural - BID.

Adicionalmente, podemos afirmar aos membros da Comissão de Constituição e Justiça que, a concentração de recursos no Fundo de Desenvolvimento Econômico permite, também a agilização no financiamento à expansão da agricultura do Paraná. Como se trata de programa de financiamento e, portanto, passíveis de retorno via amortização dos empréstimos, a sua execução pelo FDE torna mais racional e sua operacionalização dado o caráter de fundo rotativo do FDE.

A concepção operacional é a de criação, dentro do FDE, de linhas de crédito para atendimento aos programas relacionados no item 3.

São valiosas estas informações. Esclarecem e muito as dúvidas que levantamos. No entanto, provocam igualmente preocupações, pois recursos que se imaginavam disponíveis para este exercício, através do BID, agora virão através do BIRD e provavelmente só em 1993!

E a antecipação de recursos, por parte do Banestado, via FDE, nos leva a supor que serão recursos alocados de outras áreas. Mesmo assim, esta prioridade é válida. Mas mantemos as preocupações quanto a falta de recursos.

Este documento da Secretaria de Planejamento passa a integrar os autos e se preciso, no futuro, servirá de cobrança quanto ao cumprimento do que se diz no mesmo.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei, recomendando que esta CCJ o aprove.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 122/92

P A R E C E R :

A referida Mensagem n.º 33/92, do Poder Executivo, objetiva a aprovação da abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.820.000.000,00 (vinte e dois bilhões,

oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), procedendo a conversão da Fonte 17: operação de crédito vinculado, no valor de Cr\$ 12.160.000.000,00 (Doze bilhões cento e sessenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, visando atender a programas especiais no âmbito da Agricultura, bem como o cancelamento de Cr\$ 10.660.000.000,00 (Dez bilhões, seiscentos e sessenta milhões de cruzeiros), do item "Programas Especiais, Regionais e Multisetoriais".

A análise da CCJ elucidou importantes aspectos da Mensagem do Governador ressaltou meritória intenção do proposto, culminando na sua aprovação.

Chamado a opinar essa Comissão de Finanças entende que de acordo com o artigo 33, § 3º, o Projeto de Lei apresenta explicitamente a origem e o destino do remanejamento da verba, e se encontra em perfeitas condições para prosseguir em sua tramitação dentro desta Casa de Leis.

Somos portanto favorável à Aprovação do referido Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI N° 122/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 33/92, visa aprovar um crédito suplementar no montante de Cr\$ 22.820.000.000,00 (vinte e dois bilhões, oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), ao orçamento da Administração Geral do Estado.

Ao indicar como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente do cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme especifica, a iniciativa está a atender o disposto no Art. 135, V da Constituição Estadual, não obstante indicar o cancelamento de fonte de recursos vinculados (17 - Paraná Rural/BID).

Considerando-se as informações prestadas e que fazem parte integrante do Parecer apresentado pelo D.D. Relator da Comissão de Constituição e Justiça, somos de Parecer Favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. PROJETO DE LEI N° 122/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 33/92, o presente Plano de Lei objetiva

aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.820.000.000,00 (vinte e dois bilhões, oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), ao orçamento da Administração Geral do Estado.

A presente matéria passou pelos grifos das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, no tocante ao aspecto legal, constitucionais de mérito, recebendo destas Pareceres Favoráveis.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 5º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo Parecer Favorável à Aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)
- Sr. Presidente.

Nós tivemos na Comissão de Justiça, inclusive, questionada, inicialmente, pelo relator Luiz Carlos Martins, esta transferência de verbas, esse crédito suplementar de quase 23 bilhões de cruzeiros, que é um enorme valor e que na nossa avaliação que são retirados do Programa Panela Cheia do Paraná Rural e são colocados no FDE para que o governo financie projetos de agroindústrias e outros, inclusive no parecer do relator Deputado Luiz Carlos Martins, que encaminha à Secretaria um pedido de informações e anexa ao parecer, uma série de questionamentos que entendemos muito válidos, só que não fica claro nas exposições da Secretaria que deu o parecer, a informação.

Diz aqui no item quatro da informação vinda ao Deputado relator, que o Programa Panela Cheia não foi extinto, ao contrário, a suplementação proposta objetiva reforçar a disponibilidade de recursos para o pequeno produtor através do referido programa e de outros na área da agricultura.

Nós temos informações ainda não oficializadas, de que o governo do Estado através da Secretaria da Agricultura está propondo grandes projetos de grande valor. Entendemos que aqui está sendo alocado para projetos que serão concedidos a grandes agroindústrias do Paraná e que indiretamente chegará ao pequeno agricultor, mas quem será o primeiro beneficiado, não serão eles.

Nós entendemos que as informações estão muito confusas e entendemos que o projeto deveria ser mais claro com relação em que será gasto, realmente, esses aproximadamente 23 bilhões de cruzeiros. Até não termos estas informações, das quais soli-

citamos ao nobre Líder do Governo, para que se possível, posteriormente nos forneça, nós queremos registrar, hoje, o nosso voto contrário em primeira votação, para que possamos ter maiores detalhes porque os dados estão confusos e deixa as informações extra-oficiais que já tivemos de que grandes grupos econômicos do setor agropecuário ou agroindustrial do Paraná estarão envolvidos em projetos com grandes somas, dos recursos públicos, nós gostaríamos e necessitamos de maiores informações a respeito da aplicação desses 22 bilhões de cruzeiros e mais 800 e tantos milhões. Por isso, votaremos contrários, hoje, e solicitaremos que o nobre Líder esclareça posteriormente mais detalhes sobre estes programas.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Com voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Voto contrário da Bancada do PT, devidamente registrado, e do Deputado Paulo Maia também.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, entendo que o Deputado Luiz Carlos Martins, além de prudente, foi muito eficiente no seu relatório exarado através da Comissão de Constituição e Justiça.

Fez ele diversos questionamentos, obteve as respostas para os mesmos tanto que a nível de Comissão de Justiça, satisfeitas as indagações, foi o referido projeto de lei aprovado, segundo me consta, pela unanimidade dos seus membros presentes àquela sessão. No entanto, nós nos dispomos a prestar novos esclarecimentos, e para tanto solicito ao Deputado Ovídio Constantino que nos formalize as suas dúvidas, que nos repasse as suas dúvidas, as suas indagações, para que amanhã, quando o projeto estiver em segunda discussão, possamos responder suas dúvidas, porque as dúvidas que existiam quando da tramitação do projeto da CCJ, foram todas elas respondidas pela Secretaria, esclarecendo onde os recursos serão aplicados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) -

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que altera a redação da Lei Complementar nº 59/91, de 01 de outubro de 1991 (Conservação Ambiental). Com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.E.M.A. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no

D.A. nº 59, de 13.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 127/92

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar nº 59/91, de 01 de outubro de 1991.

Após a análise deste, concluímos que o mesmo atende os requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, bem como é notória a sua impotência quanto ao mérito.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 127/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, o projeto de lei em análise, visa alterar a redação da Lei Complementar nº 59/91, de 01 de outubro de 1991.

Em nossa análise, verificamos que a Lei Complementar nº 059/91, tem como objetivo primordial, garantir a preservação ambiental de áreas importantes para a qualidade e melhoria de vida de sua população.

Verificamos ainda, que a lei contempla os municípios que possuam unidades de conservação ambiental, visando medidas de proteção e conservação das mesmas.

A presente proposta refere-se à inclusão do reflorestamento, no "caput" do art. 2º, da lei supra-citada, entre as unidades de conservação ambiental.

Entendemos que tal alteração não se encontra no contexto preservacionista ambiental, pois não visa benefícios às áreas nativas, deixando de ter efeitos e consequências protetoras do meio ambiente.

Nestas condições, nosso parecer é contrário, opinando-se pela rejeição do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

- O Deputado autor do projeto solicita a retirada do mesmo. **Deferido.**

Fica, portanto, retirado o Projeto de Lei nº 127/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 34/92, dispõe que as cantinas comerciais nas escolas de primeiro e se

gundo graus da rede oficial de ensino, funcionarão sob a supervisão da direção do estabelecimento de ensino e responsabilidade, direção a exploração do grêmio estudantil oficial e/ou Associação de Pais e Mestres. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CE e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 60, de 14.05.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 130/92

P A R E C E R :

Trata-se de Mensagem Governamental sob n° 34/92, dispondo que as cantinas comerciais nas escolas de 1° e 2° graus da rede oficial de ensino, funcionarão sob a supervisão da direção do estabelecimento de ensino e responsabilidade, direção e exploração do grêmio estudantil oficial e/ou Associação de Pais e Mestres, mantido o limite da margem de lucro hoje existente e, revoga a Lei n° 9.004, de 07.06.89.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, nada existe em oposição, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 130/92

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 130/92, originado da Mensagem 034/92 de autoria do Executivo Estadual, dispõe que as cantinas comerciais nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino funcionarão sob a supervisão da direção dos estabelecimentos de ensino com responsabilidade, direção e exploração dos grêmios estudantis e/ou APM.

Sob o aspecto da competência estrita da Comissão de Finanças, não existem óbices à normal tramitação do referido Projeto de Lei e sua apreciação pelo Plenário desta Assembleia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 130/92

P A R E C E R :

Em análise ao Projeto de Lei de n° 130/92 de autoria do Executivo Estadual, que dispõe que as cantinas comerciais nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino funcionarão sob a supervisão da direção dos estabelecimentos de ensino responsabilidade, direção e ex-

ploração dos grêmios estudantis e/ou APM; considerando o notório mérito da iniciativa proposta, somos de opinião pela apreciação do projeto de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92
(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 148/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Palmeiras. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado**. (Publ. no D.A. n° 69 de 25.05.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 148/92

P A R E C E R :

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Palmeiras.

Sendo que o presente projeto encontra-se em conformidade com os requisitos legais pertinentes a matéria, e, não apresenta óbice de natureza constitucional ou regimental, o nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 154/92, de autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública a Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi - PROMEC. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado**. (Publicado no D.A. n° 71 em 27.05.92).
JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Senhora Irmã Annelise Droge - Diretora da Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi - PROMEC, com sede e foro no Município, visa o presente concretizar e reconhecer o trabalho de alto cunho social, seja o de prestação de assistência filantrópica aos mais necessitados da comunidade Sarandiense.

Contando já com o reconhecimento a nível Municipal, conforme Lei n° 415/91 - de 13 de maio de 1991 daquele Executivo Municipal.

A finalidade da referida Instituição, é acima de tudo, coordenar, proteger e prestar assistência social às crianças carentes, acima de 07 anos de idade que frequentam regularmente a escola, com intuito de colaboração com os poderes públicos, associações, fundações e escolas, tudo no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses das crianças

do Município de Sarandi - PROMEC ser considerada de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos da Lei que regulamenta a matéria, como comprova a documentação que segue em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 154/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Preis, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi, no Município de Sarandi.

O Projeto encontra-se elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma o presente atende as especificações contidas na Lei n° 6.994, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera as divisas do Município de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n° 9.213, de 26 de janeiro de 1990, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CTIC. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 73 de 01.06.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 155/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Geraldo Cartário, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva alterar as divisas do Município de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n° 9.213, de 26 de janeiro de 1990, conforme específica.

O Projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos contidos no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

Em relação ao aspecto legal o Projeto encontra-se em ordem, podendo ser objeto de apreciação em Plenário.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a tramitação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 09.06.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 155/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo alterar as divisas do Município de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n° 9.213, de 26 de janeiro de 1990, conforme específica.

Tendo sido objeto de estudos junto à Comissão de Constituição e Justiça, obteve parecer favorável.

Nestas condições, quanto às questões referentes aos interesses desta Comissão, nada temos a opor quanto a tramitação do mesmo, opinando favoravelmente à sua tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92
(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Voto contrário, Sr. Presidente, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 156/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 39/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), vigente ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, visando atender despesas com a conclusão da obra que abrigará os Institutos de Criminalística e Médico Legal em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 73 de 01.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 156/92

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia a Mensagem Governamental, sob n° 39/92, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), ao orçamento vigente da Secretaria de Estado da Administração, visando atender as despesas com a conclusão da obra que abrigará os Institutos de Criminalística e Médico Legal em Ponta Grossa.

Os recursos para a cobertura da programação acima serão suportados com o cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

O DECOM, através do Ofício n° 547/92, de 05.06.92, atendendo nossa solicitação e dando absoluta transparência ao assunto, informa que a obra em questão foi iniciada

em 16.01.89 e paralisada em 05.02.90 e que, além de outras considerações, para a conclusão deverá haver nova contratação mediante prévia Concorrência.

Além da matéria fática que está plenamente justificada, atende no âmbito desta Comissão os requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua apreciação pelo Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 156/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 39/92, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, visando atender despesas com a conclusão da obra que abrigará os Institutos de Criminalística e Médico Legal em Ponta Grossa.

A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a normal tramitação do referido Projeto neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 157/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 40/92, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 497.110.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, cento e dez mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 73 de 01.06.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 157/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem n° 40/92, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 497.110.000,00 (quatrocentos e noventa milhões, cento e dez mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, impor-

tância esta proveniente de superavit financeiro, apurado no balanço patrimonial da referida Entidade, no ano de 1991.

Projeto de Lei em análise não fere dispositivo constitucional, preenchendo todos os requisitos exigidos no tocante à sua iniciativa e redação legislativa.

Face ao exposto encontra-se o mesmo em condições de ser submetido à consideração do Plenário, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 168/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 43/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00 (novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81, de 08.06.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 168/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 43/92, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa aprovar um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00 (novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Analisando-se a matéria do ponto de vista constitucional e doutrinário, nada há que obste a tramitação do mesmo, por não haver qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação e conseqüente aprovação.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 008/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que denomina jornalista Wilmar Sauner, as dependências do Comitê de Imprensa, contíguo às dependências do Plenário Deputado Waldemar Daros, deste Poder Legislativo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n° 78, de 04.06.92).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1049, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A

Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1052, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1048, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1047, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Requerimento de nº 1050, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de nºs 1057, 1058, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1055, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1063, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1056, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1060, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1061, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1053, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Em discussão.

A SRA. EMILIA BELINATI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encaminhamos à Mesa um Requerimento solicitando a formação de uma Comissão Ex-

terna desta Casa para ir até a Cidade de Londrina e verificar o estado em que se encontra a Cadeia Pública desta cidade.

Na manhã de hoje, nós recebemos uma cópia de um documento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, da Comissão Regional de Prevenção de AIDS. Área da 17ª Regional de Saúde do Estado do Paraná.

Este documento diz o seguinte (Lê):

COMISSÃO REGIONAL DE PREVENÇÃO DA AIDS
ÁREA DA 17ª REGIONAL DE SAÚDE
ESTADO DO PARANÁ

Londrina, 15 de maio de 1992.

Exmo. Sr.

Roberto Requião

DD. Governador do Estado do Paraná.

Encaminhamos a Vossa Excelência a resolução tomada pela Comissão Regional de AIDS, em reunião realizada a 12 de maio p.p.:

"Considerando:

1. O grave problema que envolve a Cadeia Pública de Londrina, no que se refere a espaço, higiene e superpopulação carcerária;

2. A necessidade de que toda a Sociedade de Londrina e do Paraná tome conhecimento da situação precária - reconhecida oficialmente pelos Órgãos de Saúde Pública do nosso Estado - em que funciona a Cadeia Pública de Londrina;

3. A condição de saúde dos detentos da Cadeia Pública de Londrina, onde já foram detectados casos de diversas doenças contagiosas, principalmente de doenças sexualmente transmissíveis (no inquérito sorológico realizado em dezembro de 1991, dos 179 detentos examinados, 21 (vinte e um), ou seja, 11,7% tinham teste positivo para AIDS).

A Comissão Regional de AIDS - Área da 17ª Regional de Saúde -, com sede em Londrina, exige do Governo do Estado do Paraná:

a) Estabelecimento de prazo para conclusão das obras e funcionamento do minipresídio de Londrina;

b) Aumento imediato do efetivo policial de Londrina, na proporção necessária para viabilizar a transferência de detentos da Cadeia Pública para as celas dos distritos policiais do Município, reduzindo a, no máximo, 80 (oitenta) o número de presos no mencionado presídio;

c) Criação de Unidade de Aidéticos no presídio de Piraquara (ou em similar) de Curitiba, para o qual presos doentes e infectados com o vírus da AIDS de todo o Estado do Paraná possam ser transferidos, onde deverão receber tratamento apropriado, com assistência médica, psicológica e social especializada".

Comunicamos também a Vossa Excelência que esta Comissão fez apelo ao Prefeito e à Câmara Municipal de Londrina para intervir no sentido de viabilizar as medidas propostas (**Termina de ler**).

Todos os jornais de hoje têm veiculado notícias a respeito do Presídio da Cadeia Pública de Londrina. Os nobres Parlamentares, então, já têm conhecimento da deficiência. A Cadeia de Londrina foi construída para receber 80 presos. E hoje, ela está com superlotação, com 200 carcerários jogados dentro da Cadeia Pública de Londrina.

Eu faço aqui, então, o meu apelo para que seja aprovado este Requerimento, para que possa ser formada uma comissão de Parlamentares, para que possam ir à Londrina e tomar conhecimento, de perto, do estado em que se encontra a Cadeia Pública de Londrina.

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1064, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1065, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 352/91, 446/91, 005/92, 059/92, 103/92, 115/92, 122/92, 130/92, 148/92, 154/92, 155/92, 156/92, 157/92 168/92 e do Projeto de Resolução nº 008/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 23 DE JUNHO DE 1992.

"GENERALIZAÇÃO INJUSTA E PERIGOSA"

No final do ano passado, como se não merecesse ser lembrado, em silêncio transcorreu um quarto de século de importante episódio da nossa história e da vida do Congresso Nacional: a resistência desarmada do presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, a uma nova fornada de cassações de mandatos parlamentares, procedimento que levou o Marechal Castello Branco a fechar o Congresso, decretando-lhe o recesso. Pois, a despeito de sua alta significação, o fato não inspirou uma só palavra, seja no Congresso, seja fora dele. Decorridos vinte e cinco anos do gesto nobre, corajoso, arriscado, foi como se ele não tivesse sido praticado. Ninguém dele se lembra, o que faz pensar que os grandes e desinteressados serviços públicos se escrevem na água e que na contabilidade do homem público só existe a coluna do débito.

Em compensação, amudam-se os mais pesados agravos ao Congresso e a seus integrantes indiscriminadamente, como se no seu seio não houvesse um homem de bem. Não faz muito, em programa de televisão, de cunho humorístico, se dizia que em tal lugar não entravam cachorros e políticos. E em jornal de grande circulação, um de seus colaboradores escreveu esta monstruosidade: "desde que sou jornalista, há 37 anos, sei que todo líder político leva 20% dos empreiteiros". Passados alguns dias, o mesmo articulista, comentando a pobreza das nossas embaixadas, às voltas para pagar a luz e as contas telefônicas, editou esta sentença mortal: "o Congresso Nacional não vota verbas para o Itamaraty porque não constrói, como me disse um dos nossos mais brilhantes deputados, ou seja, não faz empreitadas de cujos empreiteiros os Deputados não levam comissões como de outros ministérios".

Por força da judicatura de que estou investido, estou e devo estar inteiramente afastado de qualquer atividade partidária, mas isto não me faz esquecer que fui parlamentar durante 24 anos, 12 na esfera estadual e 12 no plano federal, nem me impõe calar a diante de fatos como os que venho de referir. Antes o afastamento que, aliás, teria sido voluntário, não fosse ele compulsório, me dá mais liberdade e isenção para comentá-los. Foi por isso que, ao tomar posse na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, fiz questão de dizer, perante o escol intelectual, jurídico e político da nação: "Desde estudante, até o dia em que me vi coberto pela toga, exerci atividade política.

Conheci a muitos oficiais dessa arte e poderia repetir o que, ainda estudante, ouvi de Raul Pilla, quando retornava da Constituinte e era homenageado por uni-

versitários: "é a política, ao mesmo tempo, a mais bela e a mais feia, a mais nobre e a mais desprezível das atividades humanas. Tanto mais desprezível e feia nas suas deformações, quanto mais nobre e bela na sua pureza originária". Em mais de quarenta anos, tendo sido deputado e senador, secretário e ministro de Estado, vivido em plena normalidade institucional e no abafado regime do arbítrio, a luzes diferentes vi os mesmos homens e posso dizer que deparei bons e maus políticos, melhor diria, cidadãos bons e cidadãos maus, mas sobretudo posso afirmar, sob o compromisso de dizer a verdade e só a verdade, que nessa seara, tantas vezes ingrata, tive a fortuna de conhecer homens políticos de impecável dignidade e correção exemplar. Com muitos convivi e, confesso, lhes guardo profundo respeito. Haverá bons e maus políticos, sem dúvida, mas a todos estigmatizar com o labéu de improbos e desprezíveis é que me parece inverdade clamorosa, injustiça patente e leviandade perigosa. Desgraçado do país que fosse assim".

Uma tara que vem da origem da nossa formação social, seriamente agravada pela crônica irresponsabilidade do sistema presidencial e mais acentuada pelas novas condições da vida coletiva, atizada pelo demônio da inflação que tudo deforma, conduz a uma exacerbação que explode em juízos absolutos e demolidores. Pessoas de responsabilidade intelectual, mas que nunca tiveram interesse ou atração por conhecer a realidade da atividade política, permitem-se formular conceitos definitivos e arrasadores sobre ela e desse modo prejudicar, em vez de ajudar, a compreensão do problema, seu apropriado julgamento e conseqüente correção.

Dizer que todo líder político "leva" comissão de empreiteiros, afirmar que o Congresso não vota verbas para o Itamaraty porque este não empreita obras a ensejar o embolso de comissões pelos congressistas, como em outros ministérios, é alguma coisa que brada aos céus, pela inveracidade e pela injustiça e não tem medida o dano moral que a assertiva causa à nação. Supondo verdadeiros esses conceitos, todo candidato já disputaria a eleição pensando em locupletar-se e o eleito bem poderia imaginar-se autorizado tanto a saquear o erário como a extorquir os cidadãos e com o fruto da pilhagem avultar o seu patrimônio. Mas isso seria a negação total do que, em toda parte, no Brasil inclusive, sempre se entendeu por atividade política.

Parece indubitável que os níveis de moralidade administrativa têm decaído, como têm declinado de maneira assustadora os padrões da moralidade social, a partir da entidade familiar. Mas se tem avultado a área putrefacta, ela não absorve o universo político, de modo que, a todos igualar no escalão mais baixo, não me parece judicioso. De mais a mais, quanto mais extensa for a degeneração, mais exata os que conservam a honradez e a probidade. E, felizmente, eles não faltam.

Aqueles que sentirem atração para a vida pública, especialmente os moços, não devem afastar-se dela, esterilizando a sua vocação; ao contrário, devem ingressar nela e nela permanecer, pagando o preço que o civismo impõe, certos de que Octávio Mangabeira, Raul Pilla e Milton Campos, para recordar apenas três nomes, foram políticos toda a vida e probos até a morte. (Paulo Brossard, Ministro do STF, Presidente do TSE).